

Senhor Presidente,  
Srs. Vereadores,  
Sras. Vereadoras:

Cumprimento e agradeço a presença nesta solenidade do meu amigo, vice-prefeito de Porto Alegre, José Fortunati; com quem tive a oportunidade de militar por muitos anos em um mesmo projeto, marcado por sonhos generosos e também por temerárias ilusões;

Quero agradecer a presença de meu amigo, presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Osório Ferreira Martins, com quem convivi por 8 anos na Assembleia Legislativa; naquela época em trincheiras diferentes, mas com o respeito que deve presidir o debate político. João Osório, uma liderança que deve grande parte de seu sucesso a um tenente que atendeu aos seus apelos para que ele fosse engajado na Brigada Militar onde foi alfabetizado aos 18 anos. Para mim, João Osório, é uma honra poder assessorá-lo no TCE.

Em nome deles, saúdo as demais autoridades que me honram com suas presenças;

Quero agradecer as presenças queridas de minha mãe, Rosa Maria Schneider; de meu pai, Flávio Rolim; de minha amada companheira Jussara Bordin e das filhas que tanto me orgulham, Maíra Schelp Rolim e Sofia Bordin Rolim. Em nome de vocês, agradeço a presença dos demais familiares;

Agradeço, também, a tantos amigos e amigas – alguns de algumas décadas; que estão aqui; a presença dos colegas professores do IPA, de alunas e ex-alunas; dos colegas de trabalho do Tribunal de Contas; de vários dos meus antigos assessores e assessoras parlamentares e dos militantes da luta pelos direitos humanos. O fato de vocês estarem aqui hoje significa muito para mim.

Em muitas homenagens e distinções, pode-se verificar um excesso e uma falta. Nestes casos, o que excede nelas é a generosidade do concedente. Por outro lado, quando paramos para dizer que alguém é merecedor de uma honraria, o que fazemos é tentar reparar algo; esta é a falta. Há também, é claro, uma dose de arbítrio ou acaso na seleção. Muitas outras pessoas em Porto Alegre poderiam receber este título; a maior parte delas antes de mim. Mas algumas pessoas, a cada ano, são as indicadas e, se há impropriedades, é preciso saber conviver com elas, pois são preferíveis à ausência de decisão. Já se disse que a Justiça é imprescindível porque alguém precisa errar por último. Com o parlamento e com o próprio exercício do voto ocorre algo semelhante. Há um momento em que é preciso decidir, ainda que seja para errar definitivamente.

Seja como for, só posso agradecer à generosidade dos Vereadores e Vereadoras e, especialmente, ao Vereador Mauro Zacher, que propôs o meu nome para integrar o seletivo grupo de cidadãos e cidadãs homenageados pela cidade de Porto Alegre.

Como todos sabem, sou – antes de tudo – um ativista da luta pelos direitos humanos. O vereador Mauro Zacher mencionou algumas das vitórias que tive. Elas foram importantes, mas são quase nada se comparadas com minhas derrotas. Às vezes, confrontado com minhas lembranças, penso que fui, no fundamental, derrotado nas disputas decisivas. Não me refiro às eleições – que são a parte menos interessante da política. Nestas, até que tive alguns êxitos que sempre me pareceram surpreendentes. Falo das aspirações pelas reformas que poderiam, de fato, mudar o Brasil.

Desde há muitos anos, tenho insistido que a afirmação das garantias e direitos fundamentais são o equivalente à própria ideia de civilização e que, quando falamos em Direitos Humanos, estamos nos referindo àquelas condições elementares de dignidade que nos obrigam diante de qualquer pessoa, de maneira incondicionada. Assim, não deveria nos importar de quem falamos se o tema em debate é a liberdade de expressão, ou a tortura, ou o

direito à educação, à saúde, à segurança, ou à privacidade, o direito de asilo, ou o direito à vida digna, entre tantos outros. Crianças e idosos; homens e mulheres; negros, brancos, índios; homossexuais ou heterossexuais; presos ou soltos; loucos ou sãos; pouco importa; se estou diante de um ser humano, é preciso reconhecer nele a humanidade que me define; sob pena de minha própria humanidade se degradar.

Temos sido derrotados nesta ideia. Ao longo dos últimos 30 anos, desconsiderando o tempo em que morei fora do Brasil, quase todos os dias há alguém que me interpela questionando a ideia dos Direitos Humanos ou alguém que me escreve com xingamentos aos direitos humanos, ou pessoas, que se escondem no anonimato e que se divertem espalhando calúnias contra os militantes dos direitos humanos e criando slogans pelos quais reafirmam a vocação anti-humanista que construiu este País e que nunca foi, de fato, superada. Nestas vozes, devemos reconhecer os capitães do mato que o Brasil não enterrou e os feitores que seguem preferindo a chibata aos argumentos.

Há 28 anos, tenho defendido que o Brasil precisa de uma ampla reforma em sua legislação penal, cujo sentido seja o de tornar possível uma política criminal que reserve as prisões àqueles que, em liberdade, sejam uma ameaça à vida dos demais; mas que privilegie outras formas de responsabilização para a grande maioria dos delitos cometidos sem violência real. Nova derrota. O Brasil não só não se moveu nesta direção, como tem regredido em muitos alguns aspectos.

Há muito tempo, sustento que o modelo de polícia que temos no Brasil é insustentável. Somos o único país do mundo onde se criou não duas polícias em cada estado, mas duas metades de polícia; já que cada uma delas é responsável pela metade do ciclo de policiamento. Em todo o mundo, mesmo naqueles países onde há centenas de instituições autônomas de policiamento, todas as polícias exercitam o ciclo completo; vale dizer: policiam e investigam; uma parte delas faz o trabalho ostensivo de patrulhamento uniformizado; outra parte realiza o trabalho discreto de inteligência, análise de informações e coleta de evidências. Não satisfeitos em dividir o ciclo de policiamento, como se

cortássemos uma laranja ao meio e, depois, esperássemos que as duas metades permanecessem em pé, ainda criamos em cada polícia uma espécie de *apartheid* que separa, nas Polícias Militares, praças de oficiais, e, nas Polícias Cíveis, delegados e não-delegados; o andar de baixo e o andar de cima, impossibilitando que nossas polícias tenham uma carreira única e que todo o chefe de polícia ou comandante tenha sido, um dia, patrulheiro, como ocorre em todo o mundo. Bem, e depois de estruturar este modelo, como que para garantir que ele jamais fosse alterado, o inserimos na Constituição, o que significa que para mudá-lo será preciso a aprovação de 3/5 de Deputados e Senadores, em dois turnos em cada uma das Casas legislativas.

Perdi a conta das vezes em que me envolvi em polêmicas em favor dos direitos humanos das mulheres, em lutas como, por exemplo, pelo direito ao aborto. Na Assembleia Legislativa, aprovei um projeto que obrigava os hospitais da rede pública a realizarem o aborto nos casos onde nossa legislação não o considera um crime: risco de vida para a gestante e gravidez resultante de estupro. O governador da época, vetou o projeto e vários deputados, depois de extraordinária pressão da Igreja Católica, mudaram seus votos, mantendo o veto. Quando fui defender o projeto, as galerias estavam lotadas de fiéis, com crucifixos e terços, que me vaiavam fortemente. Esperei que se calassem e disse-lhes que a democracia é o regime onde é possível vaiar um deputado e que, com todos os seus defeitos, este regime era preferível a qualquer ditadura, inclusive aquelas construídas por todas as teocracias e pela própria Igreja católica do medievo, onde pessoas com posições como a minha não seriam vaiadas, mas conduzidas à fogueira. Não adiantou, é claro.

Tenho perdido o debate em favor da tolerância e do respeito às minorias sexuais e preciso conviver com o fato de viver em um estado onde a homofobia se fez cultura e onde um gaúcho a cavalo, em um desfile farroupilha, pode apanhar de rebenque por ter desfraldado o arco-íris em uma bandeira, sem que isso desperte qualquer indignação.

Muitas foram as tentativas que fiz para estimular a reforma eleitoral e política no Brasil. Para que tivéssemos a chance de votar em partidos e não em pessoas; para que tivéssemos, a cada eleição geral, algumas poucas campanhas nacionais e não centenas de milhares de campanhas que consagram uma democracia sem política e que afirmam a lógica do poder econômico e dos laços de clientela. Sem chances. A reforma não veio e o resultado são os elevados e vergonhosos indicadores de corrupção, a transformação do debate político em uma espécie de guerra onde toda a virtude deve ser castigada, e o ceticismo generalizado da população, fenômeno que prepara as condições para aventuras autoritárias no futuro.

Há muito, sonho com um país sem miseráveis e pedintes; um país onde os pais não batam em seus filhos; onde as crianças sejam educadas e recebam os limites necessários a partir do respeito e não da dor ou do terror produzido pelas ameaças e pelas humilhações; um país onde todos tenham as mesmas oportunidades e possam frequentar escolas públicas de qualidade. Um país de economia de mercado, mas com forte regulação pública e políticas fiscais progressivas, capazes de contrastar as dinâmicas sistêmicas de concentração de renda e de exclusão social, tão típicas do capitalismo que aqui se desenvolveu. Um país onde o Estado seja, de fato, uma salvaguarda contra as injustiças e não o espaço privilegiado para a cobiça insaciável de uma elite corrupta e insensível à realidade brasileira. Um país onde prospere um empresariado dinâmico e socialmente responsável, incapaz de destruir o meio ambiente e apto a sustentar e promover ações afirmativas. Um país que prefira a verdade à mentira e que possa desenvolver uma imprensa plural, capaz de valorizar de fato a diferença e promover a formação da cidadania pela profundidade e seriedade de seus produtos. Tenho tentado, também, oferecer uma modesta contribuição - como professor e escritor - para que possamos desenvolver um genuíno apreço pelas ciências; para que, por sobre as ideologias e as convicções, tenhamos o gosto pela dúvida - condição sem a qual não há reflexão possível. Para que, por sobre as disputas de gosto, saibamos valorizar a herança cultural da humanidade, apreciar a boa música, o teatro, o cinema e todas as formas da grande arte. Para que nos afastemos da superstição, do lixo cultural, das credices e que possamos encontrar na leitura

das grande obras as mais fascinantes viagens a serem feitas. Todos sabemos, entretanto, que estamos ainda muito distantes de tudo isso.

Há muito, sonho com uma esquerda moderna e democrática; capaz de se apaixonar pelos desafios pressupostos em toda política pública e não pelo Poder. Uma esquerda pós-marxista, capaz de olhar sobre os ombros de um gigante como Marx e ver muito além do que ele viu. Uma esquerda humanista que sinta a dor repartida miseravelmente em todo o mundo e que não a transforme jamais em um discurso para legitimar pretensões mesquinhas. Uma esquerda que sinta o mesmo asco por Abu-Ghraib e por Guatánamo, pelas prisões brasileiras e pelas prisões cubanas. Uma esquerda capaz de se indignar quando uma burocracia senil qualifica de “mercenários” os que fazem greve de fome em luta pela liberdade. Estranhos mercenários estes dispostos a definhar lentamente por 85 dias, recusando alimentação em protesto. Lá se vão muitos anos denunciando que a esquerda tradicional se especializou em sonhar com aquilo que nunca irá fazer e em fazer aquilo que nunca sonhou. Nenhum resultado apreciável. Antes disso, uma série de decepções que só têm se alargado. Já não acho que terei a chance de ver o surgimento de uma nova esquerda. Espero que minhas filhas tenham este privilégio histórico. Falo aqui de uma derrota muito especial e dolorida, aquela construída pelos que roubaram os sonhos de minha geração.

Bem, estes são apenas alguns exemplos. Eles me fazem sentir algo muito parecido com aquilo que disse, certa vez, o grande Darcy Ribeiro:

*Fracassei em tudo o que tentei na vida (disse ele). Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei..... mas eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

A situação não recomenda a desesperança, então, e eu sequer posso me queixar. Estou, pelo menos, melhor do que a situação descrita por Drummond, quando ele escreveu:

*As coisas, que tristes são as coisas consideradas sem ênfase (...) quarenta anos e nenhum problema resolvido; sequer colocado”*

Se há algo que não consigo fazer é considerar as coisas sem ênfase. E se farei em breve cinqüenta anos, acho que já resolvi alguns problemas e que tenho proposto questões também. E se não as respondi – como acho que não – espero que eu tenha contribuído para mudar certas perguntas.

O mundo afinal não pode ser reduzido as suas leis ou aos seus sistemas. E, se como disse Shakespeare, *“a senhorita loucura é uma lebre que pula por sobre a rede do bom conselho”*, então talvez seja preciso reconhecer a necessidade de uma luta pela razão, tendo como pressuposto uma escala maior do que o tempo de nossas vidas. Neste sentido, uma “vida larga” talvez seja preferível a uma vida longa.

Sim, porque a vida não seria nada sem os sentidos que vamos emprestando a ela. Não é possível imaginar que a vida seja, em si mesmo, um sentido. Uma vida tomada pela ausência de sentido é o mesmo que um deserto. Começamos a construir um deserto em nossas vidas quando perdemos a capacidade de julgar, de sofrer e de amar. Hannah Arendt se vale desta metáfora para dizer que nós, os humanos, não somos do deserto. Embora vivamos em um deserto, somos capazes de transformá-lo em um mundo humano. Precisamente porque sofremos nas condições do deserto é que ainda somos humanos e ainda estamos intactos. O perigo surge quando nos tornamos verdadeiros habitantes do deserto e nele passamos a nos sentir em casa. Para ela, só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo.

Talvez por isso, nós, os militantes dos Direitos Humanos, nos sentimos desalojados sempre. Nossos momentos de conforto moral são equivalentes a pequenos oásis em uma travessia difícil sob o sol. Estes oásis são a amizade e o amor. Na amizade verdadeira, um coração se abre diretamente para o

outro; no amor verdadeiro o espaço entre as pessoas é um só coração e algo em nosso mundo é reinventado. Sem estes oásis, completamente protegidos da política, a vida para nós seria insuportável.

Acho que hoje, a generosidade desta Casa permitiu a mim e a todos os presentes um destes breves interstícios que nos autorizam a ir adiante, com o pulso que ainda pulsa e o olhar erguido para o horizonte.

Muito obrigado,.